

23 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Justiça anula punição a réus do escândalo do Banestado

Penas de sete dos 14 ex-dirigentes do banco foram consideradas prescritas

Decisão tomada no dia 19 de março pelo STJ se dá devido à longa tramitação do processo, que teve início em 2003

FREDERICO VASCONCELOS
DE SÃO PAULO

O Superior Tribunal de Justiça extinguiu completamente a punição de sete dos 14 ex-diretores e gerentes do Banestado — banco paranaense privatizado em 2000 — condenados pela remessa fraudulenta de R\$ 2,4 bilhões ao exterior, nos anos 90.

Em 2003, uma força-tarefa investigou o esquema que transferia para paraísos fiscais dinheiro da corrupção e do tráfico de drogas através de depósitos de doleiros em contas de laranjas e nas chamadas contas CC5 (criadas para permitir transferências legais para o exterior).

Dez anos depois, em 19 de março último, o STJ reconheceu a prescrição. Ou seja, a perda do prazo para que sete réus cumprissem penas por evasão de divisas e gestão fraudulenta. Outros três se livraram parcialmente: ainda respondem por gestão fraudulenta.

O processo foi julgado em doze meses pelo juiz Sergio Fernando Moro, da 2ª Vara Federal Criminal de Curitiba.

Em 2004, os 14 acusados foram condenados a penas de até doze anos e oito meses.

A ação permaneceu durante cinco anos no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre, para julgamento de apelações. O TRF-4 absolveu os acusados do crime de quadrilha e reduziu significativamente as penas. O processo está há mais de três anos no STJ.

A Procuradoria-Geral da República levou um ano e três meses para emitir parecer.

“É realmente lamentável que a prescrição tenha ocorrido”, diz o procurador da República Vladimir Aras, que participou das investigações.

Doleiros do país inteiro abriam contas em nome de laranjas no Banestado. Um desempregado, por exemplo, depositou R\$ 15 milhões.

A abertura dessas contas tinha a concordância dos gerentes das agências.

O dinheiro era transferido para contas CC5, principalmente no Paraguai, de onde era remetido para outros países, sem que o Banco Central soubesse quem era o titular.

A ação penal contra ex-gestores do Banestado é resultado de um dos milhares de inquéritos policiais instaurados em todo o país. Foram denunciadas 631 pessoas.

“Boa parte do dinheiro desviado dos cofres públicos pelo ex-prefeito Paulo Maluf foi enviado ao exterior mediante contas do Banestado em Nova York”, diz o promotor de Justiça Sílvio Marques. Maluf sempre afirmou não ter contas no exterior.

Alguns doleiros foram condenados pela Justiça em decisões que não admitem mais recursos. É o caso de Antônio Oliveira Claramunt (o “Toninho da Barcelona”), Alberto Youssef e Helio Laniado.

“A prescrição retroativa, ao fim das intermináveis quatro instâncias, é invenção brasileira sem paralelo no mundo”, diz o procurador da República Celso Três.

A força-tarefa formada em 2003 conseguiu bloquear R\$ 333,5 milhões no Brasil e cerca de R\$ 34,6 milhões no exterior. Segundo o procurador Vladimir Aras, “apesar da prescrição, a força-tarefa foi exitosa, pois conseguimos repatriar US\$ 3,6 milhões”.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

23 ABR 2013

FRAUDE E IMPUNIDADE

Condenados por evasão de divisas e gestão fraudulenta, gestores do banco Banestado têm punição extinta

COMO FUNCIONAVA A FRAUDE



1 Laranjas
Doleiros abriam contas-correntes em nome de laranjas no banco paranaense Banestado em Foz do Iguaçu (PR)



2 Contas abertas
As contas permaneciam ativas por curto período, para não chamar a atenção, e depois eram substituídas por outras



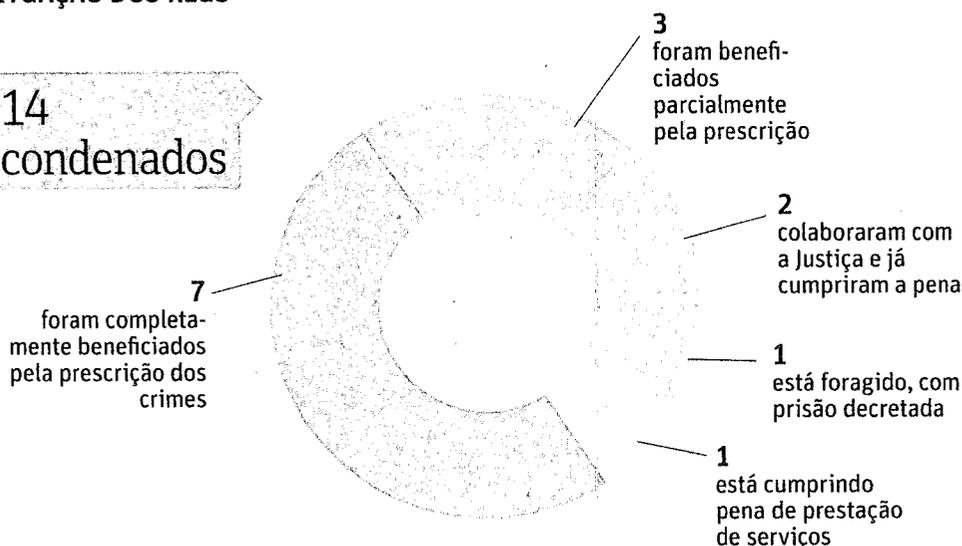
3 Exterior
O dinheiro das contas era transferido para contas CC5 —criadas pelo Banco Central para permitir transferências legais para o exterior



4 Transferência
Os recursos eram remetidos para o exterior sem que o Banco Central conhecesse o nome do verdadeiro titular

SITUAÇÃO DOS RÉUS

14
condenados



R\$ 2,4 bilhões

é o valor envolvido no caso

LENTIDÃO

- 1996**
> Quando começaram os crimes
- 1998**
> Início da investigação
- 2003**
> É formada força-tarefa para apurar os fatos
> Denúncia é oferecida
- 2004**
> Sentença condenatória em primeira instância
> Apelações chegam ao TRF-4, em Porto Alegre (RS)

- 2006**
> TRF-4 julga apelação
- 2008**
> TRF-4 julga embargos infringentes
- 2009**
> Processo com recurso chega ao STJ (Brasília)
> Processo segue para o Ministério Público Federal
- 2010**
> Promotora devolve processo ao STJ
- 2011**
> STJ julga recurso especial

2013
> STJ julga embargos e reconhece prescrição

Fontes: Ministério Público Federal, Polícia Federal, Banco Central e Receita Federal

CONTINUA

23 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

>OUTRO LADO<

'Estou pagando o pato', afirma ex-gerente do banco

Benedito Barbosa Neto, 56, ex-gerente do Banestado, que foi beneficiado apenas parcialmente pela prescrição, diz que é vítima de uma injustiça. "Estou pagando o pato. Era gerente de câmbio em Foz do Iguaçu, mas fui responsabilizado como se fosse o gestor do banco", afirma.

Na fase inicial das investigações, ele ficou preso durante 21 dias em Curitiba sob o argumento de que estava atrapalhando as investigações. Barbosa Neto diz que não havia mesa de câmbio em Foz do Iguaçu, mas em Curitiba. E que não era responsável pela abertura das contas.

"Meu trabalho era informar ao Banco Central todas as transações", diz.

Ele diz que o Banco Central foi "permissivo". "O BC fez mudanças na lei, permitindo que qualquer pessoa fizesse depósitos em contas CC-5 sem exigir comprovação da capacidade financeira", afirma.

"O BC poderia bloquear as operações a qualquer momento, mas não fez isso", diz.

Formado em administração, Barbosa Neto trabalhou durante 18 anos no Banestado. Começou a carreira como digitador e deixou o banco como assessor da diretoria.

Depois da abertura da ação, foi representante comercial, vendedor, e hoje trabalha num restaurante industrial. "Não sei como estou aguentando esse desgaste. Meus advogados são pessoas amigas, um deles é meu parente, e me defendem sem recursos financeiros", diz.

"Sustentamos que ele era simples gerente de câmbio, sem alçada, e que não havia mesa de câmbio em Foz do Iguaçu", diz advogado Domingos Caporrino. "Vamos tentar levar o caso até o Supremo", afirma.

Procurados, os advogados de Aldo de Almeida e Alaor Pereira, que ainda respondem por gestão fraudulenta, não se pronunciaram.

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

AINDA NO BERÇO

23 ABR 2013

O poderoso fundo de previdência dos servidores do Poder Judiciário já nasce com dívida: os R\$ 25 milhões que a União vai aportar na entidade terão que ser devolvidos depois que ele começar a funcionar.

CASA PRÓPRIA

Os recursos iniciais emprestados pela União servirão para a instalação de uma sede, a contratação de corpo técnico e reserva financeira. O grande desafio será convencer os servidores que estão ingressando na carreira a aderir à sua previdência complementar.

NADA A RECEBER

Nomeado por Joaquim Barbosa, presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), para presidir o conselho deliberativo do fundo, Wellington Geraldo Silva, secretário de comunicação da corte, deve abrir mão dos vencimentos que receberia. São R\$ 2.800, ou o equivalente a 10% do que os executivos da instituição devem ganhar.

TURMA

Além de Barbosa, pelo STF, também os presidentes do STJ (Superior Tribunal de Justiça), do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), do TST (Tribunal Superior do Trabalho) e do TJ (Tribunal de Justiça) do Distrito Federal indicaram representantes para o conselho do fundo.

PAINEL

Deixa assim Durante visita a Minas, na qual encontrou o governador Antonio Anastasia e o senador Aécio Neves anteontem, Joaquim Barbosa foi questionado sobre a criação dos quatro novos tribunais regionais federais. O presidente do STF reiterou ser contrário à medida, segundo ele, desnecessária.

23 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

STF libera votos e abre prazo para apelações no mensalão

Acórdão com decisões do julgamento e íntegra de debates soma 8.405 página

Advogados dos réus terão dez dias para analisar documento e apresentar recursos para rever condenações

O Supremo Tribunal Federal divulgou ontem o acórdão do julgamento do mensalão, documento de 8.405 páginas que oficializa o resultado e abre prazo de dez dias para que os advogados dos réus apresentem recursos para tentar reverter as condenações.

Composto por um resumo das decisões do tribunal e pelos votos de todos os ministros da corte, o texto começou ontem mesmo a ser esquadrihado pelos advogados, que precisam apontar inconsistências e contradições para justificar seus recursos.

O julgamento do mensalão foi o mais complexo da história do Supremo e levou à condenação de 25 pessoas por sua participação num esquema de corrupção que distribuiu milhões de reais a políticos que apoiaram o governo no Congresso, nos primeiros anos do governo Lula.

Os advogados terão até o dia 2 de maio para propor os chamados embargos de declaração, recursos que podem questionar apenas contradições, obscuridades ou omissões nos votos.

Os embargos infringentes, principal aposta dos advogados, só serão analisados posteriormente. Ontem, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, defendeu que as prisões sejam cumpridas assim que os primeiros recursos forem julgados.

Cinco ministros eliminaram da publicação do acórdão parte das intervenções orais que fizeram ao longo dos mais de quatro meses de análise do caso, durante o segundo semestre do ano passado, substituindo as falas e debates por votos escritos.

Ao todo, 1.335 falas proferidas em plenário foram suprimidas. A prática é comum no Supremo e permitida pelo regimento, mas chamou atenção de integrantes do tribunal o fato de Luiz Fux, um dos ministros que mais interferiram no julgamento, ter optado por apagar todas as suas manifestações orais.

O ministro Celso de Mello, apesar de ter mantido diversas intervenções feitas ao longo do julgamento, apagou 805 de suas falas.

À **Folha** ele disse que o STF obriga que sejam mantidas apenas as falas do relator, do revisor ou do ministro que primeiro proferiu um voto divergente, e que optou por apagar suas falas para agilizar a publicação do acórdão.

Há anos, o ministro costuma cancelar intervenções que julga já terem sido apresentadas por outros ministros ou que sejam desimportantes.

“São intervenções secundárias, não relevantes para o julgamento da causa. A ata [o resumo da decisão] revela muito bem a minha posição”, afirmou o ministro.

Celso de Mello manteve, no entanto, partes que julgou importantes, como quando defende o direito dos réus de recorrerem à Corte Interamericana de Direitos Humanos na OEA (Organização dos Estados Americanos) e a viabilidade dos chamados embargos infringentes – recursos que, em caso de votações apertadas, podem mudar o resultado do julgamento.

Fux informou, por meio de sua assessoria, que o cancelamento total foi feito porque “a repetição do conteúdo dos votos escritos nas notas taquigráficas geraria indesejado aumento do número de páginas do acórdão”. Ele também lembrou que o conteúdo das 53 sessões foram gravadas em áudio e vídeo e estão disponíveis na internet.

O ministro Dias Toffoli retirou cinco falas, uma delas inaudível, segundo o vídeo disponível no canal do STF no YouTube, e outra era apenas um comentário sobre o andamento de um processo sem relação com o mensalão.

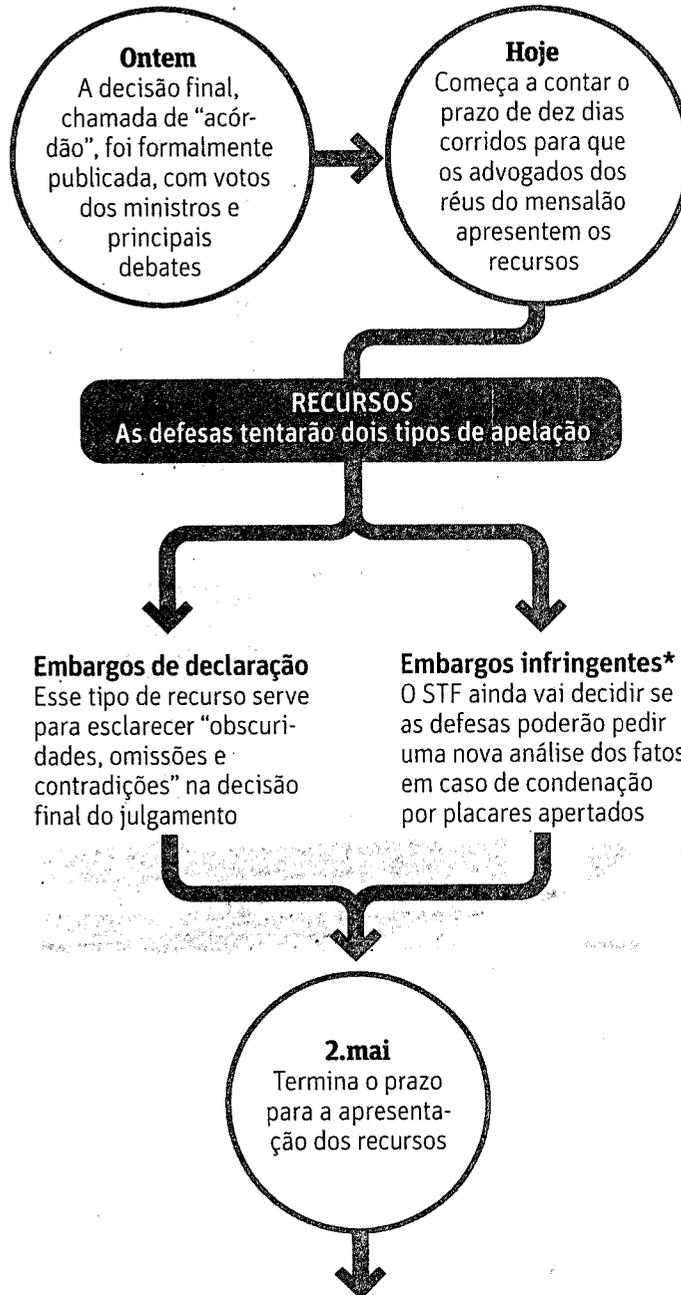
FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

CALENDÁRIO DO MENSALÃO

Publicação oficial da decisão do julgamento define prazos para os próximos passos do processo

23 ABR 2013



1. JULGAMENTO DOS RECURSOS

Os ministros do Supremo devem julgar os recursos apresentados pelos réus, mas ainda não há prazo para isso acontecer

2. NOVOS ACÓRDÃOS

As penas só começarão a ser cumpridas quando todos os recursos forem julgados e seus acórdãos forem publicados

3. PERDA DE MANDATOS

O STF determinou que os políticos condenados devem deixar seus cargos, o que só deve ocorrer depois da análise das apelações

*O regimento interno do Supremo diz que os embargos infringentes só podem ser propostos após o julgamento dos de declaração. Alguns advogados, porém, pretendem propor os dois recursos ao mesmo tempo, o que deve antecipar o debate, pelo STF, sobre a possibilidade destes questionamentos

Para Fux, Dirceu chefou esquema de corrupção

Em seu voto, o ministro Luiz Fux afirmou que o ex-ministro José Dirceu comandou uma quadrilha cujo objetivo era "um projeto de poder de longo prazo de ilicitude amazônica".

Em entrevista à **Folha**, Dirceu disse que Fux, em campanha para uma vaga ao Supremo, o procurou e prometeu inocentá-lo.

Durante o julgamento, contudo, Fux foi um dos principais críticos do esquema de corrupção. Para ele, há provas de que Dirceu comandou o grupo.

Fux foi o primeiro ministro escolhido por Dilma para um tribunal superior.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

JOAQUIM FALCÃO

23 ABR 2013

ANÁLISE

Novos integrantes da corte podem fazer a diferença daqui em diante

Embargo quer dizer obstáculo. Infringente é o que infringe, contraria uma norma. Entrar com embargos infringentes é colocar um obstáculo à execução da condenação dos réus. Alegar que ao condenar, o Supremo Tribunal Federal teria contrariado uma norma. Dado passo em falso.

Se deu passo em falso, o julgamento ou parte dele pode ser revisto. Que passo foi esse? Não sabemos. É cedo. Primeiro o Supremo tem que decidir se podem colocar obstáculos. Se sim, julga então se deu ou não passo em falso.

Depois de tanto cuidado, dos ministros, defesa e acusação, é pouco provável que os ministros com votos vencedores no Supremo digam que a corte deu passo em falso. Mesmo assim, o esforço da defesa é assegurar a possibilidade desta pouca probabilidade. Vai conseguir? Não sabemos.

Um dos fatores que pode influenciar esta batalha é que a composição do tribunal está mudando. É menos provável que os mesmos ministros digam que eles próprios deram um passo em falso do que novos ministros digam que os anteriores deram passo em falso.

No sistema de votos individuais, composições diferentes do Supremo seriam mais prováveis de gerar decisões diferentes. Isto é, rever condenações.

Sabemos como César Peluso votou e sua linha de argumentação. Mas não sabemos como Teori Zavascki votará. Sabemos como Ayres Britto votou e sua linha de argumentação. Não sabemos nem quem é o futuro ministro nem como votará. Sabemos como Roberto Gurgel acusou. Não sabemos como o futuro procurador-geral da República agirá diante dos obstáculos infringentes, se aceitos.

A presidente Dilma Rousseff até agora se manteve equidistante do mensalão. Mas agora, complicou.

Se não indicar um novo ministro a tempo de julgar os embargos, torna o empate mais provável. Em alguns casos, como na condenação de José Dirceu por quadrilha, basta o voto de Teori Zavascki a favor do réu e a manutenção dos votos dos demais. O que favorece os réus.

Se a presidente da República indica um novo ministro, interfere do mesmo modo. Como ele votará?

De qualquer modo, o simples fato de estarmos discutindo embargos já é vitória da defesa. A outra hipótese era que os réus estariam em breve cumprindo pena.

JOAQUIM FALCÃO é professor de direito constitucional da FGV Direito Rio

23 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Advogado agride e estrangula até a morte mulher em Higienópolis

Sérgio Brasil Gadelha, 74, confessa o crime e diz a advogado que tinha ciúme de Hiromi Sato, 57

Vítima foi encontrada ontem, morta, seminua, coberta de hematomas; assassinato ocorreu no sábado, afirma a polícia

O advogado Sérgio Brasil Gadelha, 74, foi preso ontem de madrugada, acusado de matar a mulher, Hiromi Sato, 57. O crime aconteceu no sábado no apartamento do casal, no bairro de Higienópolis, centro de São Paulo.

À polícia, Gadelha (descrito no boletim de ocorrência como “de compleição forte”, 1,76 metro de estatura e 78 kg) confessou a autoria do espancamento e estrangulamento que resultou na morte de Hiromi. Disse que o casal havia discutido muito na véspera do crime, mas que não esperava que a vítima morresse.

Por ter nível superior, Gadelha foi transferido ontem à tarde para a carceragem do 31º Distrito Policial, da Vila Carrão, zona leste, para onde vão detentores de diploma. No breve encontro que teve com os jornalistas, disse: “Estou muito abalado”.

Assistente administrativa, Hiromi vivia com o viúvo Gadelha em um amplo apartamento de Higienópolis havia dois anos. Gadelha disse a

seu advogado, Atila Pimenta Coelho Machado, que o motivo das agressões foi ciúme.

Hiromi, que vizinhos descrevem como frágil, simpática e gentil, teria, nas palavras de Machado, “reencontrado um ex-namorado tempos atrás e esse assunto voltou à baila na última semana”.

HEMATOMAS

Quem primeiro chegou ao local foi a médica do Samu Gersoely Antoniazzi, que disse ter encontrado Hiromi já sem vida, seminua, coberta de hematomas por todo o rosto, boca, abdômen e canela. No chão do quarto, havia tufo de fio de cabelo.

Toalhas, travesseiro, edredom, lençóis e diversos panos foram encontrados na banheira, no quarto e na lavanderia, sujos com líquido escuro, “sangue ou não”, segundo o boletim de ocorrência.

A filha de Gadelha, Juliana, viajava de carro para São Paulo, vinda de Florianópolis (SC), onde vive. Em São Paulo, embarcaria hoje com destino à Indonésia. No meio do caminho, ela recebeu o telefonema do pai, contando que havia batido em Hiromi.

Por volta de 1h de ontem, ao chegar ao apartamento, a filha chamou a polícia e o Samu. O sargento Marcelo Gui-

lherme Moraes, da PM, que atendeu a ocorrência, disse à TV Record ter encontrado Gadelha “tranquilo, com as pernas cruzadas, assistindo televisão, como se nada tivesse acontecido”.

Gadelha já foi condenado pelo Tribunal de Ética da OAB a duas suspensões de 30 dias (2005 e 2012), por ter recebido dinheiro em nome de clientes e não tê-lo entregue.

O advogado de Gadelha entrará hoje com pedido de revogação da prisão, para que ele aguarde em liberdade o julgamento. Alega que em nenhum momento seu representado tentou fugir, não coagiu testemunhas e não atrapalhou a produção de provas. Pelo crime de homicídio qualificado, Gadelha pode cumprir de 12 a 30 anos de prisão.

23 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Carandiru+30

Julgamento pela morte de 111 detentos se estende por mais de 20 anos e pode consumir outros 10 para enfim levar os condenados à prisão

Quando ocorreu o massacre do Carandiru, em 2 de outubro de 1992, perto de 25% da atual população do Estado de São Paulo não tinha ainda nascido. São 11 milhões de paulistas que não têm lembrança daquela sexta-feira abominável e seu saldo de 111 mortos.

Mesmo entre os pouco mais de 30 milhões de habitantes do Estado que já estavam vivos, só uma minoria se recordará bem da tragédia. Márcio Friggi, um dos promotores do caso, reconhece não ser o seu caso. Ele tinha 13 anos à época.

Se a passagem do tempo obscurece a memória dos fatos, ela torna manifesta a injustiça de julgar com tanto atraso os policiais militares envolvidos na matança. Não existe explicação aceitável para o transcurso de quase 21 anos entre a invasão da penitenciária e o julgamento dos 84 denunciados.

Do ponto de vista dos inocentados, foram duas décadas em que tiveram de suportar o peso das acusações. Para os condenados, o lapso serviu para que desfrutassem de liberdade a que não faziam jus.

Acima desses efeitos individuais pairaram duas consequências coletivas, ainda mais deletérias: durante décadas saiu reforçada a percepção de que agentes do Estado estariam fora do alcance da lei,

enquanto o Judiciário se mostrava incapaz de dar resposta satisfatória àquela barbárie inaudita. Tão caótica quanto tenha sido a invasão, por despreparo dos policiais ou imprudência de seus comandantes, o excesso de violência empregado ficou mais do que óbvio.

Somente agora se chega a alguma conclusão, mas nada que se pareça com um desfecho. Nesta primeira etapa do julgamento, estiveram no banco dos réus 26 PMs acusados de matar 15 pessoas no primeiro andar do pavilhão nove. Três deles foram absolvidos.

Os 23 condenados poderão recorrer em liberdade. Se a previsão do promotor do caso estiver certa, a pena será aplicada só daqui a dez anos. Até lá, serão três décadas de impunidade.

Cada um dos 23 condenados foi sentenciado a 156 anos de prisão. Mas, dadas as particularidades do sistema penal brasileiro, a maioria deles não deve ficar atrás das grades por mais de cinco anos.

Isso se o Tribunal de Justiça, ao analisar os recursos dos réus, não absolvê-los. O coronel Ubiratan Guimarães, comandante da invasão no Carandiru, foi condenado pelo júri a 632 anos de prisão, em 2001, mas a pena foi anulada na segunda instância, em 2006 (ano em que ele foi morto, em circunstâncias não de todo esclarecidas).

Hoje, parece impensável repetir uma chacina daquelas. Muito se avançou desde 1992. Falta a Justiça agir com maior celeridade para consolidar tal ganho de civilização.

23 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Possível corte no orçamento preocupa chefes de Poderes

Proposta de Lei de Diretrizes
Orçamentárias enviada pelo

governo estadual à AL
exclui verba do FPE

de José Lazaro Jr.
Reportagem Local

Curitiba - "Não há interesse em criar atrito entre os Poderes"; adiantou Ademar Traiano (PSDB), líder do governo na Assembleia Legislativa (AL), sobre a mudança na base de cálculo do orçamento do Paraná que tirou R\$ 410 milhões das instituições estaduais. A notícia que o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2014 não contabilizou o Fundo de Participação dos Estados (FPE) na distribuição das parcelas obrigatórias ao Tribunal de Justiça (TJ), ao Ministério Público (MP), ao Tribunal de Contas (TC) do Estado e para a própria AL, pegou as autoridades de surpresa.

Após passar pela Assembleia para defender o direito de investigação do MP, ameaçado pela PEC 37 (em tramitação no Congresso Nacional), o procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia, posicionou-se contra a medida, que retiraria R\$ 58 milhões do MP. "Estamos negociando com setores do governo", declarou Giacoia. "O impacto da retirada do FPE não beneficiou ninguém, pois foi distribuído linearmente entre os

Poderes. É proporcional, pois o Fundo foi retirado da base de cálculo", explicou Nereu Moura (PMDB), presidente da Comissão de Orçamento.

"Agora é buscar o entendimento, pois é bom que haja harmonia entre os Poderes. Temos até 15 de julho para votar a LDO. A Assembleia não entra em recesso parlamentar enquanto a Lei de Diretrizes Orçamentárias não for votada", lembrou Moura, que escolheu o deputado estadual Elio Rusch (DEM) para relatar o projeto na comissão. "Eu estou aguardando que as instituições se manifestem, pois não posso decidir isso sozinho. Elas precisam dizer se precisam ou não do recurso, e para isso podem vir falar com a gente", afirmou Rusch.

Para a FOLHA, o relator da LDO destacou que o prazo para sugestão de emendas dos parlamentares está aberto e vai até 16 de maio. "É bom que haja um entendimento entre as partes, daí pode se fazer até um substitutivo geral. Não dá para criar muita expectativa sobre emendas, pois elas podem ser vetadas pelo plenário", alerta Elio Rusch. O Tribunal de Justiça, com o novo cálculo,

perde mais de R\$ 200 milhões. O Tribunal de Contas, R\$ 40 milhões, e a Assembleia quase R\$ 70 milhões.

Embora o presidente da AL, Valdir Rossoni (PSDB), tenha anunciado que houve economia nos cofres da Casa, o tucano acha prematuro reduzir a fatia do orçamento destinada ao Poder. Devido às gestões passadas, relata Rossoni, as despesas fixas ainda não estariam completamente organizadas.

CONTINUA

23 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA
CONTINUAÇÃO

A primeira vez que o FPE foi considerado no orçamento aconteceu em 2010, no final do governo Roberto Requião (PMDB), quando os deputados estaduais aprovaram as despesas para o início da gestão de Beto Richa (PSDB), em 2011. O texto enviado pelo peemedebista incluía o Fundo na base cálculo e, a pedido do então “futuro líder do governo”, Traiano, o deputado estadual Duílio Genari (PP) apresentou uma emenda com o objetivo de reverter a inclusão. O texto foi derrubado em plenário e o cálculo mantido dessa forma nos dois primeiros anos de Beto no governo. O Palácio Iguazu não explica o motivo da mudança para o orçamento do ano que vem. Recentemente, pressionado pelo prazo dado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para votar nova regra de distribuição do FPE, o Congresso Nacional manteve para 2014 a norma que vigora em 2013.

23 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Correição no TJ

O Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná começa a passar por um pente-fino hoje. O Conselho Nacional de Justiça inicia uma nova correição no Estado, para investigar como anda o funcionamento de unidades do primeiro e segundo graus, além de cartórios. A equipe de controle tem membros do CNJ, da Ordem dos Advogados do Brasil e juizes de outros Estados brasileiros. A correição vai durar a semana inteira.

MAZZA

TC, a dúvida

Embora tenha sensivelmente aumentado a possibilidade de o deputado Fábio Camargo vir a ser conselheiro do Tribunal de Contas, há uma área parlamentar que cobra os acertos que a precedem em favor do secretário da Casa e colocam a questão numa espécie de teste de caráter. Sábatina pública nada altera. Jorram especulações: a maioria a de que a parada está decidida pró Fábio, outra que Plauto iria abdicar em favor de Rossoni. Em especulação vale tudo.

MAZZA

Folclore

O jurista Luiz Edson Fachin aparece pela terceira vez em listas para ministro do STF como também para Reitor da Federal. Seus amigos, que fazem campanha para alçá-lo aquela condição, lembram que Lula tentou três vezes. A ministra Gleisi, da Casa Civil, o apoia.

23 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Polícias de governo

Respeitável o ponto de vista do procurador-geral de Justiça Giacoia contra a PEC 37 de que aumenta o risco da interferência exagerada dos governos em investigações policiais. A observação não cabe à PF que tem agido com independência e desenvoltura. Não consta igualmente que a Procuradoria no caso estadual seja zelosa, mormente na Capital, embora firme no interior como o paradigma de Londrina que cassou e prendeu prefeitos e afastou vereadores.

'Limites'

Em seu Twitter, o senador Roberto Requião (PMDB) lançou uma campanha própria relacionada à PEC 37 - que retira do Ministério Público (MP) o trabalho de investigação criminal, proposta em trâmite no Congresso Nacional. O peemedebista defende "limites". "Os membros do MP se consideravam beatos, agora em vida querem ser santificados. Pessoas comuns com qualidades e defeitos"; "O MP é importante mas não pode se imaginar uma espécie de organização de templários"; e "Quem bolou as prerrogativas do MP provavelmente foi o ministro Pertence, não foi Deus" foram algumas das frases publicadas por ele ontem, ao longo do dia. No fim de todas as declarações, Requião acrescentava a palavra "Limites".

23 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

Queimação

Irritados com o presidente da STF, ministro Joaquim Barbosa, que condenou os réus do mensalão, o PT espalha nas redes sociais que ele é cotado a vice do senador Aécio Neves (PSDB-MG) em 2014.

Dormir pra quê?

Advogado de Marcos Valério no processo mensalão, Marcelo Leonardo garante não ter aumentado a equipe para dar conta das 8.405 páginas do acórdão do julgamento. Preferiu reduzir as horas de sono.

“O STF adquiriu credibilidade pública com as decisões”

Ministra **Eliana Calmon** (STJ) confiante de que os mensaleiros não ficarão impunes

Confusão de eleitor sobre prazos eleva demanda

Edson Ferreira
Reportagem Local

Com dois serviços sendo feitos simultaneamente no Fórum Eleitoral, os eleitores de Londrina e Tamarana estão confundindo as datas estabelecidas pela Justiça Eleitoral. Enquanto o cadastramento biométrico é obrigatório para todos os 369 mil eleitores da região, com prazo final no dia 6 de setembro, a regularização para quem não compareceu nas últimas três eleições sem justificativa se encerra nesta quinta-feira, dia 25. Neste caso, somente em Londrina, são 4,5 mil eleitores.

“A maioria vem até aqui pensando que tem que se cadastrar na biometria até este dia 25 (quinta-feira), porque viu na TV que é o prazo final de regularização, mas na verdade, são serviços diferentes”, confirmou William Gallera Garcia, chefe do cartório da 146ª Zona Eleitoral. A dúvida fez com que saltasse, na última semana, de 1,8 mil para mais de 2,2 mil o número de pessoas diariamente atendidas. “De certa forma, aproveitamos essa desinformação, aumentamos a nossa estrutura para 115 guichês e estamos fazendo o cadastramento biométrico em volume maior.”

Quem está em débito com a Justiça Eleitoral por ter deixado de votar e de justificar e deixou a regularização para esta semana, terá de enfrentar filas. Segundo Garcia, não existe um setor específico para este serviço. “Tem que entrar na fila do atendimento espontâneo.” A Justiça Eleitoral não tem o balanço de quantos eleitores ainda precisam passar pelo Fórum local até esta quinta-feira.

Sem agendamento, ontem a espera estava em torno de duas

SAIBA MAIS

Conheça os prazos da Justiça Eleitoral

QUEM DEVE IR AO FÓRUM ELEITORAL DE LONDRINA

Até o dia 25 de abril

- Eleitores que não votaram e não justificaram a ausência nas três últimas eleições (cada turno é considerado uma eleição).
- O que deve ser feito: regularização do título eleitoral com o pagamento de multa no valor de R\$ 3,51 por turno.

- Documentos necessários: o eleitor deve levar documento oficial com foto, título eleitoral, eventuais comprovantes de votação, de justificativa eleitoral e de recolhimento ou dispensa de recolhimento de multa. A guia para pagamento pode ser emitida na hora.
- Não há agendamento prévio disponível.

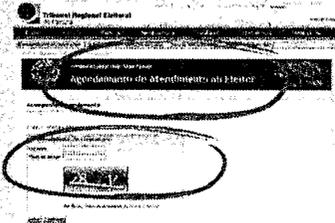
Até o dia 6 de setembro

- Todos os eleitores de Londrina e Tamarana.
- O que deve ser feito: **cadastramento biométrico**, para identificação digital do eleitor, que estará valendo nas eleições do ano que vem.
- Documentos necessários (originais): Comprovante de identidade com foto, como RG, carteira de trabalho, carteira de motorista (no caso de primeiro título, deve estar acompanhada de outro documento) e passaporte modelos antigo (verde) e novo (azul). Se for o novo, deve estar acompanhado de outro documento com filiação. Se

não houver documento com foto, poderá ser apresentada certidão de nascimento ou de casamento. Título eleitoral original. Comprovante de residência.

AGENDAMENTO

- Pode reduzir o tempo de espera na fila e está sendo feito pelo site do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná (www.tre-pr.jus.br).



Local

- Fórum Eleitoral de Londrina, que fica na Rua Governador Parigot de Souza, 231, Centro Cívico.

Horário

- Das 9 às 18 horas, de segunda-feira a sexta-feira.

Fonte: Justiça Eleitoral

Folha Arte

horas e meia. O chefe do cartório fixou diversos informativos na parte externa do prédio do Fórum de Londrina, orientando sobre os prazos, “mas ainda assim muitos têm preferido esperar na fila”. Por outro lado, eleitores que já estão com a situação regular, que votaram

normalmente nas últimas eleições, e precisam apenas se inscrever no sistema biométrico, tem a possibilidade de agendar o atendimento. Segundo o site do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), agora os agendamentos estão sendo feitos apenas para o mês de junho.

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

TRE vai testar guichês em Tamarana

23 ABR 2013

Com a baixa procura dos eleitores de Tamarana pelo cadastramento biométrico - até agora apenas 443 eleitores (4,94% do total) passaram pelo Fórum Eleitoral de Londrina -, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) vai testar, pela primeira vez, um posto avançado fora da sede. Para facilitar o atendimento, a expectativa é montar dez guichês no salão paroquial de Tamarana a partir do dia 6 de maio, caso existam condições técnicas.

Segundo o chefe do cartório eleitoral da 146ª Zona Eleitoral, William Gallera Garcia, nos próximos dias vão ser feitos alguns ajustes técnicos, "até porque é algo inédito para nós, então vamos ver se o nosso sistema vai ter o desempenho adequado". Ele disse que se a experiência tiver bom resultado, poderá ser implantada em cidades próximas a Maringá, onde também estão ocorrendo a biometria.

O serviço em Tamarana deverá ser mantido em parceria com a prefeitura, que se comprometeu em disponibilizar funcionários. Dez servidores que estão atuando no Fórum Eleitoral de Londrina vão ser deslocados para o posto descentralizado. Londrina registrou até ontem 49,5 mil cadastramentos pelo sistema biométrico, 13% do total.

23 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Em SP, deputados querem tirar poder de promotores

Fernando Gallo
Agência Estado

São Paulo - A bancada do PT na Assembleia de São Paulo vai apoiar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do deputado Campos Machado (PTB) que retira das mãos dos promotores toda e qualquer investigação envolvendo prefeitos e deputados e concentra esse poder exclusivamente na mão do procurador-geral de Justiça. Atualmente, só as investigações criminais relativas a essas autoridades são de competência do chefe da Promotoria estadual.

Pela PEC, passariam às mãos do procurador-geral também as investigações sobre improbidade de secretários de Estado, juízes e conselheiros do Tribunal de Contas. O Ministério Público é contra a proposta, que classifica como "PEC estadual da impunidade".

No plano nacional, a relação do PT com o Ministério Público se desgastou com o processo do mensalão. No Estado, os petistas decidiram apoiar a PEC depois que os deputados federais petistas Candido Vaccarezza, José Mentor e Arlindo Chinaglia foram citados nas escutas telefônicas da investigação do MP sobre a "Máfia do Asfalto" no interior paulista. Alguns deputados consideram que há promotores que têm viés partidário e prejudicam o PT. Outros veem a possibili-

dade de impor uma derrota ao governo.

Os deputados petistas vêm debatendo a proposição de Campos Machado há um mês. Na última reunião da bancada, na quinta-feira, a maioria favorável derrotou a minoria de contrários. Entre os que defenderam, no PT, ao longo das últimas semanas, a tese do líder do PTB estão os deputados Antonio Mentor, Ênio Tatto e Rui Falcão. Procurados, Tatto e Falcão não se pronunciaram. Mentor sustentou que o partido ainda debate o tema. "Eu já tenho uma posição, mas não direi".

Mentor, que é irmão do federal José Mentor, foi o nome sugerido pelo deputado Campos Machado ao presidente da Assembleia, Samuel Moreira (PSDB), para relatar a PEC. O tucano, contudo, afirmou a interlocutores rechaçar a ideia.

O líder do PTB, que nega ter feito a indicação de Mentor a Moreira, afirma ter conversado com deputados petistas recentemente e diz ter visto indícios de que o partido irá apoiar sua proposta. "Acho que eles vão assinar. Não espero outra atitude da bancada do PT. Seria condizente com sua tradição e seu histórico no País", declarou.

O PT tem 22 deputados e é, junto com o PSDB, a maior bancada da Casa. Para aprovar a PEC são necessários 63 votos.

23 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Pais são presos após filho morrer pesando 8 quilos

Lucas Emanuel Andrade
Equipe Bonde

Foz do Iguaçu - Os pais de um adolescente de 13 anos foram presos acusados de causar a morte do próprio filho, em Foz do Iguaçu (Oeste). De acordo o delegado de Homicídios, Marcos Araguari, o jovem morreu no último dia 5 de abril com um quadro de desidratação. Ele pesava 8,8 quilos.

A Polícia Civil foi informada da gravidade do fato pelo médico legista no último dia 12. A investigação foi aberta a pedido do Ministério Público. Com base no laudo pericial, depoimentos e outros documentos, a polícia confirmou que o menino morreu em decorrência do abandono dos pais.

“O perito constatou que a criança morreu com 8,8 quilos, num estado deplorável de saúde. Estava com um quadro de caquexia, com sinais de maus-tratos e abandono. As unhas estavam grandes, os cabelos

compridos, a pele com uma crosta de sujeira, sem cuidado algum. Na casa da mãe encontramos um colchão bastante sujo onde a criança ficava”, detalhou Araguari.

Segundo o delegado, na casa, localizada no Jardim Morumbi, moravam o adolescente, a mãe e o padrasto. Além deles, outros dois filhos da mulher com o primeiro marido e mais dois com o atual companheiro. Nenhum dos outros filhos apresentava qualquer sinal de abandono.

Denúncias de vizinhos indicavam que a criança não recebia os devidos cuidados. O Conselho Tutelar foi até a casa da mulher pelo menos cinco vezes. Porém, nem os conselheiros nem os vizinhos tinham noção da situação real do garoto. Em todas as visitas, os conselheiros notificaram a mãe e ofereceram ajuda para que o adolescente fosse levado até um médico para receber acompanhamento. A mãe teria ignorado todas as tentativas.

Marcos Araguari explicou que o pai e padrasto foram ouvidos e mãe deve prestar depoimento ainda durante a semana. Ela falou apenas informalmente. Todos relataram que a criança tinha uma deficiência neurológica e por isso não se alimentava.

O delegado confirmou que o jovem sofria de algum problema, mas não foi possível definir que tipo de deficiência, já que nunca passou por exames. Araguari afastou a possibilidade de a doença ter sido a causa da morte.

A mãe e o pai estão cumprindo prisão temporária por 30 dias. Eles responderão pelo crime de homicídio qualificado pelo meio cruel. O padrasto, apesar de não ter dever legal de cuidar da criança, também será responsabilizado. Ele deve ser indiciado por omissão de socorro com resultado de morte. O delegado de Homicídios deve concluir o inquérito do caso até o próximo dia 10 de maio.

23 ABR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TJ-PR passa por correição a partir desta terça-feira

O Tribunal de Justiça do Paraná será submetido a uma correição a partir de hoje. O corregedor nacional de Justiça, ministro Francisco Falcão, determinou a realização desse procedimento de fiscalização em razão de indícios de descumprimento de determinações feitas pela Corregedoria Nacional após inspeções realizadas em 2009 e 2011.

Segundo a Portaria 29, os focos serão as unidades administrativas e judiciais da Justiça comum estadual de primeiro e segundo grau, além dos cartórios de notas e registros.

Na sexta-feira, último dia da correição, o ministro Falcão irá a Curitiba para coordenar pessoalmente os trabalhos. O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e da seccional da OAB no Paraná foram convidados a acompanhar a correição. A ideia é permitir que os advogados contribuam com as inspeções e correições, apresentando sugestões.

Participarão da correição três juízes auxiliares da Corregedoria Nacional de Justiça, dois juízes cedidos pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e quatro servidores do CNJ. Durante a correição, os trabalhos forenses no TJ-PR prosseguirão normalmente.

Durante inspeção realizada em 2009, a Corregedoria constatou problemas de lentidão, casos de desvios de função, indícios de nepotismo, ausência de documentos necessários em contratações feitas pelo TJ-PR e renovação de contratos com objetos distintos dos contratos originais, entre outros problemas.

Foram aprovadas mais de 110 recomendações de mudanças para melhoria dos serviços prestados, entre elas revisão da estrutura remuneratória do quadro de funcionários, estabelecimento de normas que definissem objetivamente os critérios e percentuais para concessão da gratificação, realocação e exoneração de servidores.

Em 2011, a Corregedoria voltou ao TJ-PR para verificar se as recomendações estavam sendo cumpridas

23 ABR 2013
INDÚSTRIA E COMÉRCIO

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Supremo divulga acórdão completo do julgamento do mensalão

O Supremo Tribunal Federal publicou, nesta segunda-feira, a íntegra do acórdão da Ação Penal 470, o processo do mensalão. São 8.405 páginas que trazem os votos de todos os ministros e os debates travados nas 53 sessões que levaram à condenação de 25 réus e à absolvição de outros 12 denunciados. Na sexta-feira, havia sido publicada no Diário da Justiça a ementa do acórdão. O documento, de 14 páginas, resume as decisões tomadas no julgamento e as votações.

Com a publicação da íntegra, o prazo para a apresentação dos recursos passa a contar a partir de hoje. O prazo regimental do Supremo para a apresentação dos Embargos é de cinco dias, mas na semana passada, o Plenário tribal decidiu dobrar o tempo para a defesa dos condenados apresentarem seus recursos. O mesmo prazo vale também para o Ministério Público Federal apresentar recursos referentes às 12 absolvições. O prazo termina do dia 2 de maio.

A íntegra dos votos e das discussões em Plenário estão publicadas em um link no-andamento do processo no site do Supremo e também na seção Inteiro Teor do Acórdão. Para acessar o acórdão, é necessário

entrar no site do STF, clicar no link Jurisprudência no alto da página e, em seguida, na seção Inteiro Teor do Acórdão. Então, é preciso digitar o número do processo (470) e clicar em AP 470.

O julgamento da Ação Penal 470 foi o mais longo caso analisado ininterruptamente na história do Supremo Tribunal Federal. A análise dos autos ocupou 53 das 96 sessões plenárias feitas no ano passado, 21 delas realizadas às segundas, terças e sextas-feiras, dias em que normalmente não há reuniões do Plenário da Corte. Todo o segundo semestre foi dedicado à análise do processo.

Ao advogado de cada um dos 38 réus foi garantido o direito de sustentar oralmente as suas razões durante uma hora. Somente da fase pública do processo, e ainda antes da publicação de condenação, foram redigidos 26 acórdãos, entre o recebimento da denúncia, agravos regimentais e questões de ordem.

Mais importante do que o tempo de julgamento do processo ou do fato de a Suprema Corte do país ter dedicado seis meses de trabalho a uma única ação foram as diretrizes fixadas pelos ministros e que podem balizar a jurisprudência criminal nos próximos anos.

23 ABR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PANORAMA POLÍTICO

DISPUTA ACIRRADA

Começa a pegar fogo a disputa pela vaga que ocorrerá no Trinal de Contas, por conta da aposentadoria compulsória do Conselheiro Hermas Brandão (70 anos completados neste final de abril). Tida como certa a escolha do deputado Plauto Miró Guimarães, já que a escolha caberá à Assembleia, o nome do também deputado Fábio Camargo ganha expressão. Com apoio fortíssimo, por várias circunstâncias, vindo da Casa ao lado, o Tribunal de Justiça, comandado pelo seu pai desembargador Clayton Camargo.

EM CHOQUE

A disputa pelo cargo vitalício no Tribunal de Contas, cresce de expectativa pelas características que marcam tais escolhas. O voto no Plenário é fechado. Por tido sido desobedecida esta regra, a indicação de Maurício Requião foi questionada, já que sujeita à pressão de seu irmão governador. O presidente Rossoni porém garante que a oitiva dos candidatos será aberta. Os quatro quesitos a que responderão poderá ser assistidos por quem tiver interesse, garante o presidente da AL. Pratica já adotada na eleição do hoje Conselheiro, Durval Amaral.

23 ABR 2013

GAZETA DO POVO

Ministério Público Federal ameaça ir à Justiça por novos TRFs

Integrantes do Ministério Público Federal defendem a adoção de medidas judiciais para obrigar a promulgação da Proposta de Emenda Constitucional que cria mais quatro Tribunais Regionais Federais – um deles no Paraná. Em carta, os procuradores questionam a constitucionalidade da não promulgação da PEC, como tem defendido o presidente do Senado, Renan Calheiros. Hoje, representantes de associações de magistrados reúnem-se com Calheiros para cobrar um posicionamento. Ao mesmo tempo, parlamentares paranaenses prometem pressionar pela promulgação.

23 ABR 2013

GAZETA DO POVO

» IMPASSE

Procuradores defendem ação judicial para garantir novos tribunais federais

Renan Calheiros resiste em promulgar emenda dos TRFs. Representantes de juízes irão hoje ao Senado pedir a promulgação

Integrantes do Ministério Público Federal (MPF) defendem a adoção de medidas judiciais para obrigar a promulgação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que criou quatro Tribunais Regionais Federais (TRFs) - um deles no Paraná. Discussões internas entre procuradores da República questionam a constitucionalidade da não promulgação da PEC, como tem defendido, reservadamente, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), sob a alegação de que o Congresso não pode criar gastos.

Como não há prazo limite para a promulgação de uma PEC, a estratégia de Renan será adotar justificativas técnicas para ganhar tempo perante as entidades que pressionam pela promulgação. Hoje, ele vai se reunir com os presidentes da Associação dos Juizes Federais do Brasil

(Ajufe), da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) para discutir o assunto.

Ao mesmo tempo, grupos de procuradores alertam que representantes da classe ou parlamentares favoráveis à medida poderão entrar no Supremo Tribunal Federal (STF) com mandado de segurança contra Renan Calheiros por ato omissivo. Argumentam que o presidente do Senado não tem poder discricionário para fazer sua vontade prevalecer sobre dois terços do Congresso, que foram favoráveis à aprovação da PEC.

Dizem ainda que a alegação de que o Congresso não pode criar mais despesas por meio de PEC — justificativa que vem sendo usada por Renan — é uma inverdade, já que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) foram criados da mesma maneira.

Aprovada no início do mês, a emenda constitucional cria tribunais com sedes em Curitiba, Belo Horizonte, Salvador e Manaus. O texto dá prazo de seis meses para a instalação desses tribunais, a contar da promulgação da futura emenda constitucional.

Estudos

Oficialmente, Renan vai alegar hoje, em reunião com as entidades, que ainda não tem decisão sobre o tema. Ele dirá que a proposta está sendo estudada pela área jurídica do Senado, para analisar uma suposta divergência no texto que impede que entre em vigor imediatamente.

Desde que assumiu o comando do Senado em fevereiro, Renan tenta melhorar sua imagem perante o público adotando medidas de corte de gastos e transparência. No caso dos tribunais, ele age em sintonia com o governo.

O presidente do Senado, que assumiu o cargo sob protestos, também tenta mostrar que está afinado com o presidente do STF, Joaquim Barbosa. Logo que a PEC foi aprovada, Barbosa chegou a criar constrangimento com representantes das associações de magistrados alegando que a criação de novos TRFs foi aprovada de forma "sorradeira".

CONTINUA

Paranaenses vão pressionar Renan pela promulgação

Guilherme Voitch e
Karlos Kohlbach

Parlamentares paranaenses prometem pressionar o presidente Renan Calheiros (PMDB-AL) para que promulgue a emenda que cria os Tribunais Regionais Federais (TRFs). O deputado federal André Vargas (PT), que presidiu a sessão da Câmara em que a PEC foi aprovada, disse que iria conversar com Calheiros ainda na noite de ontem. O petista refuta o argumento técnico defendido pelo presidente do Senado, de que haveria um erro.

“Não houve nenhum erro. Não podemos ceder à pressão individual do presidente do Supremo Tribunal Federal [Joaquim Barbosa], que não representa toda a coletividade do Poder Judiciário. Isso é apenas um preciosismo porque só houve mudança na re-

dação da PEC [não de teor]. Se ele [Calheiros] entender que houve erro, vai ter que submeter à votação do Senado”, diz Vargas.

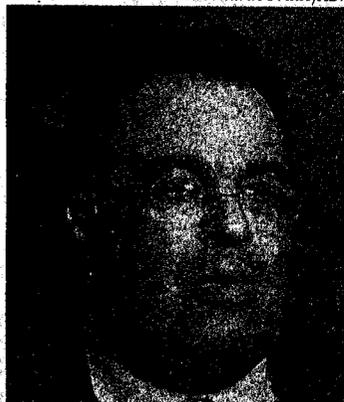
O deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), coordenador da bancada paranaense em Brasília, tem visão semelhante. Segundo ele, a direção jurídica do Congresso manifestou-se anteriormente sobre o tema. “Houve uma consulta formal à presidência do Congresso. Quem ocupava o cargo era o senador José Sarney, mas quem respondeu foi a entidade presidência do Congresso. E a reposta era de que não houve inovação na Câmara. O mérito do texto aprovado pelos deputados é o mesmo do Senado”, afirma o deputado. Segundo ele, se não promulgar a PEC, Calheiros terá de colocá-la em votação. “Que se vote novamente.”

Entidades

As entidades envolvidas com a criação do TRF também descartam qualquer irregularidade do ponto de vista constitucional ou jurídico no tema. “Caso seja apontada realmente uma falha técnica na tramitação da PEC, será algo extremamente inusitado e estranho, já que em 2003 o deputado [Eduardo] Sciarra consultou o presidente do Senado da época, José Sarney, sobre a alteração da PEC que falava sobre a forma de composição dos tribunais. Na época, Sarney disse que a supressão não implicava no retorno da PEC ao Senado”, diz Anderson Furlan, ex-presidente da Associação Paranaense dos Juizes Federais (Apajufe).

O ex-presidente da OAB no Paraná José Lúcio Glomb afirma ver a atitude de Renan Calheiros como um “grande equívoco”. “É um subterfúgio para escapar da promulgação e fugir da pressão feita pelo presidente do Supremo [Tribunal Federal] Joaquim Barbosa. Isso significa uma diminuição do Poder Legislativo, que votou duas vezes na Câmara e no Senado Federal. Não há nenhum vício na tramitação desta PEC.”

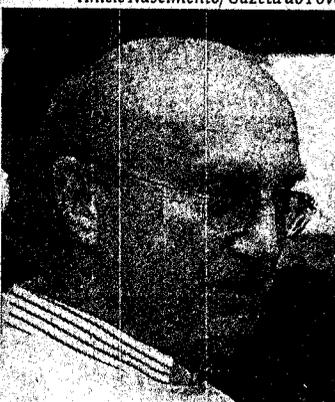
Leonardo Prado/ABR



Se ele [Renan Calheiros, presidente do Senado] entender que houve erro, vai ter que submeter à votação do Senado.”

André Vargas (PT-PR), 1º vice-presidente da Câmara dos Deputados.

Aniele Nascimento/Gazeta do Povo



“Não houve inovação na Câmara. O mérito do texto aprovado pelos deputados é o mesmo do Senado.”

Osmar Serraglio (PMDB-PR), coordenador da bancada paranaense em Brasília.

Henry Milleo/Gazeta do Povo



“É um subterfúgio para escapar da promulgação e fugir da pressão feita pelo presidente do Supremo [Tribunal Federal].”

José Lúcio Glomb, ex-presidente da OAB no Paraná.

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

HISTÓRICO

23 ABR 2013

Veja como se desenrolou a aprovação da PEC 544/02, que prevê a criação do TRF no Paraná e em mais três estados, e os obstáculos que a matéria encontra para ser promulgada:

Espera

Após quase uma década engavetada na Câmara dos Deputados, a PEC 544/02, que cria quatro Tribunais Regionais Federais (TRF) – com sedes em Curitiba, Manaus, Belo Horizonte e Salvador –, foi aprovada no dia 3 de abril pela Câmara dos Deputados.

Reivindicação

A criação dos TRFs é uma reivindicação histórica de entidades de juízes, advogados, empresários e de outros movimentos da sociedade civil, que fizeram mobilizações em todo o país pela aprovação da PEC.

Celeridade

Em média, uma apelação civil protocolada no TRF 4, em Porto Alegre, leva 218 dias para ser julgada. Uma apelação criminal demora ainda mais, 253 dias. Com a criação do TRF 6 – com sede no Paraná – e outros três novos tribunais, esse processo seria agilizado. Além disso, no ano passado, 32% dos processos que entraram no TRF 4 eram oriundos do Paraná. O novo tribunal desafogaria o TRF 4 e garantiria celeridade para causas procedentes do Paraná, Santa Catarina, e Mato Grosso do Sul.

Custo

Apesar de ter sido aprovada pelos deputados, a proposta não tem apoio da presidente Dilma Rousseff (PT) e do presidente do STF, Joaquim Barbosa, devido ao aumento de gastos públicos que irá gerar. Barbosa fala em R\$ 8 bilhões. Por outro lado, entidades favoráveis à PEC calculam que o valor não passa de R\$ 1 bilhão.

Promulgação

Como se trata de uma PEC, a medida está aguardando a promulgação do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Informações não oficiais que circularam ontem, no entanto, afirmavam que ele vai barrar a proposta, sob o argumento de que houve falhas técnicas e jurídicas na tramitação da matéria. A manobra do peemedebista teria o aval do governo, que teme um desfalque orçamentário. Renan já havia anunciado, na semana passada, que a decisão de promulgar ficaria a cargo da Mesa Diretora do Senado, sinalizando estar contra a proposta.

23 ABR 2013

GAZETA DO POVO

BESSA

Palavra do STF

Três juristas paranaenses foram citados no acórdão do mensalão, publicado nesta segunda-feira no Diário de Justiça Eletrônico pelo Supremo Tribunal Federal (STF): René Dotti, Juarez Ciríno dos Santos e Juliano Breda, este presidente da OAB-PR. Os três foram mencionados como referência doutrinária no processo de maior repercussão da história da Suprema Corte brasileira. Santos é conselheiro da seccional paranaense da OAB e Dotti, ex-conselheiro federal, foi corredator do projeto que resultou na Lei de Execução Penal número 7.210, de 11 de junho de 1984.

23 ABR 2013

GAZETA DO POVO

CELSON NASCIMENTO

Olho vivo

Plauto x Fabio 1

O deputado Plauto Miró Guimarães (DEM), que há pelo menos dois anos constrói sua candidatura para conselheiro do Tribunal de Contas, disse ontem que não arreda pé da pretensão. Continua candidato e mantém confiança no apoio do governador Beto Richa e do presidente da Assembleia, Valdir Rossoni. Respeita, porém, seu principal competidor, o colega deputado Fabio Camargo (PTB), que entrou em campanha mais recentemente.

Plauto x Fabio 2

A vaga será aberta com a aposentadoria de Hermas Brandão, que completa 70 anos em cinco de maio. Em seguida, a Assembleia promove a eleição. Plauto e Fabio precisam conquistar a maioria dos 54 deputados; o mais votado será nomeado pelo governador.

Plauto x Fabio 3

Enquanto isso, uma das sete cadeiras enfrenta contencioso no Tribunal de Justiça – cujo presidente, aliás, é pai do deputado Fabio Camargo. O contencioso foi provocado por uma ação impetrada pelo ex-secretário Maurício Requião que, em 2008, foi feito conselheiro pelo irmão ex-governador Roberto Requião. Richa anulou a nomeação de Maurício e colocou em seu lugar o advogado Ivan Bonilha, ex-procurador geral do Estado.

Plauto x Fabio 4

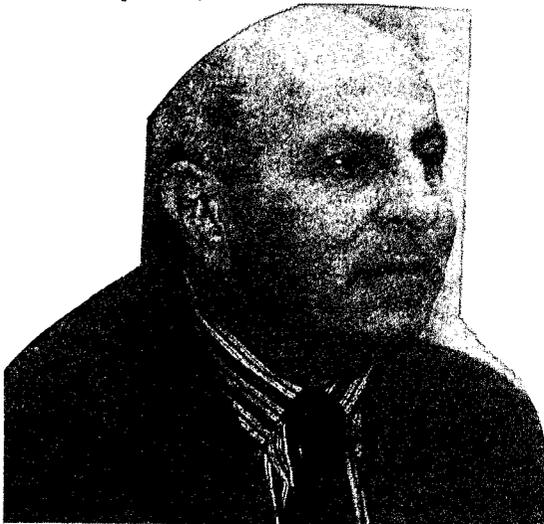
Maurício argumenta que ninguém pode ocupar sua cadeira enquanto o Supremo não declarar a vacância em decisão final – o que ainda não aconteceu. Se não agir politicamente na disputa entre Plauto e Fabio, Richa corre o risco de perder um amigo no TC para julgar suas contas.

23 ABR 2013

GAZETA DO POVO

Procurador leva caso à Assembleia

O procurador-geral de Justiça do Paraná, Gilberto Giacoia (foto), esteve ontem na Assembleia Legislativa do Paraná para protestar contra a PEC 37, em tramitação no Congresso Nacional. Conhecida como PEC da Impunidade, a proposta pretende pôr fim ao direito de promotores e procuradores fazerem investigações, que passaria a ser exclusivo das polícias. Giacoia afirmou que não está defendendo um privilégio ao Ministério Público, mas sim a garantia da continuidade na luta que a instituição vem travando contra a corrupção. "Vamos retirar do campo de batalha os resultados apresentados pelo MP? Vamos retirá-lo da luta contra a corrupção?", questionou.



NOTA POLÍTICA

Crise institucional

O procurador-geral de Justiça do Paraná, Gilberto Giacoia, criticou ontem a decisão do governo do estado de reduzir o repasse orçamentário aos outros poderes estaduais em 2014. Com a retirada do Fundo de Participação dos Estados (FPE) da base de cálculo do percentual desse repasse, o Ministério Público Estadual (MP) pode perder R\$ 88,6 milhões. "Entendemos as dificuldades administrativas do estado, mas a dificuldade seria muito maior para as instituições atingidas", afirmou.

23 ABR 2013

GAZETA DO POVO

Para ministra do STJ, tirar poder do Ministério Público ajuda corrupção

Eliana Calmon diz que proposta que impede o MP de fazer investigação vai na contramão de medidas de controle aos atos de improbidade

■ A ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Eliana Calmon disse ontem que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 37 que retira o poder do Ministério Público de fazer investigações criminais vai na contramão das medidas atuais de combate à corrupção.

“[Retirar o poder de investigação do Ministério Público] seria trágico”, disse a ministra, que ganhou notoriedade ao combater a corrupção no Judiciário e defender o poder do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de investigar diretamente juízes acusados de irregularidades. “A PEC vai em movimento contrário a tudo o que a nação vem fazendo para acelerar o controle de atos de improbidade.”

As declarações foram feitas durante um evento na Escola Nacional de Aperfeiçoamento e Formação de Magistrados (Enfam), que

a ministra preside. A escola deu início ontem a um curso de capacitação para 420 juízes sobre o julgamento de ações de improbidade administrativa.

Um levantamento do CNJ identificou que existem atualmente 16.655 ações de improbidade em tramitação na Justiça estadual e federal, dos quais só 5 mil foram julgadas.

“Um grande número dessas ações morre no nascedouro”, disse Eliana. “Há tribunais que até hoje não julgaram uma ação de improbidade.” Isso ocorre, por exemplo, na Justiça estadual do Piauí, Amapá, Rio Grande do Norte, Rondônia e Sergipe.

Twitter

Uma manifestação virtual contra a PEC 37 foi promovida na tarde de ontem pelo Ministério Público no Twitter. Internautas usaram a hashtag #NAOPEC37 para protestar. “Impunidade não! MP com poder de investigação!”, dizia um dos posts. O termo ficou entre os dez assuntos mais comentados da rede social durante o “tuitaço”. O ato faz parte da campanha nacional promovida pelo órgão na tentativa de fazer o Congresso rejeitar a proposta.

GAZETA DO POVO

» EM ANÁLISE

Proposta veta patrocínio a eventos do MP

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) deve analisar nas sessões marcadas para hoje e amanhã uma proposta para proibir o patrocínio de empresas privadas em eventos do Ministério Público ou que tenha a participação de seus membros.

A proposta foi apresentada pelo conselheiro Almino Afonso em fevereiro deste ano. A questão é um dos 169 itens da pauta preparada pelo CNMP para esta semana.

Ao apresentar a ideia, Afonso argumentou que a Constituição proíbe que membros do Ministério Público recebam auxílios e contribuições de pessoas e entidades públicas e privadas.

O conselheiro afirma que o objetivo é estabelecer uma norma sobre a presença de membros do Ministério Público nesse tipo de evento.

Em fevereiro, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou uma resolução que impede a participação de juízes em eventos das associações de classe patrocinados ou custeados por empresas. A norma também proíbe aos juízes de receberem prêmios, brindes, auxílios ou contribuições financeiras.

A decisão do CNJ, porém, significou um recuo na intenção de proibir qualquer patrocínio privado para eventos de magistrados.

A norma permite, por exemplo, que eventos e congressos promovidos por tribunais, conselhos de Justiça e Escolas de magistraturas recebam patrocínio de empresas privadas de até 30% dos custos totais.

23 ABR 2013

COLUNA DO LEITOR

Majoridade penal

Discordo do professor Almino A. de Sá (*Gazeta*, 21/4) e de todos que inocentam os criminosos menores de 18 anos sob a alegação de que culpada é a sociedade, que não lhes deu atenção e condições de vida adequadas para um crescimento saudável. Sob esse prisma, todos os criminosos maiores de 18 anos também são inocentes. O ser humano deve aprender a reprimir seu instinto destruidor em respeito ao direito de seus semelhantes e de todos os seres vivos.

Minoru Takahashi, Maringá - PR

Criança de 13 anos morre desnutrida e pais são indiciados

Dezessete dias após a morte de um menino de 13 anos, pesando apenas 8 quilos, em Foz do Iguaçu, os pais biológicos foram detidos e acusados de negligência. Eles serão indiciados por homicídio qualificado por meio cruel. A morte do garoto, que sofria de uma doença neurológica desde o nascimento (hipóxia cerebral), chamou a atenção da Polícia Civil. O alerta foi dado peloologista do Instituto Médico Legal, que suspeitou da desnutrição ao receber o corpo. O caso foi levado ao Ministério Público - onde tramita sob segredo de justiça.

CURITIBA

Mulher é violentada sexualmente e obrigada a cozinhar para agressor

Um homem invadiu uma residência na Rua Estrada da Graciosa, no bairro Atuba, em Curitiba, e estuprou uma mulher de 33 anos. Ele permaneceu na casa da vítima por cerca de duas horas e ainda a obrigou a cozinhar para ele, de acordo com a Polícia Civil. O agressor, de 27 anos, foi preso depois de invadir uma segunda residência. A vítima estava sozinha e conversava com uma amiga pela internet quando o criminoso chegou, por volta das 23 horas de domingo, armado com uma faca.

23 ABR 2013

GAZETA DO POVO

» JUSTIÇA

Defesa de Bola tenta apontar falhas em investigações

■ No primeiro dia do julgamento do ex-policial Marcos Aparecido dos Santos, o Bola, acusado de assassinar Elisa Samúdio e desaparecer com o corpo, a defesa apontou falhas nas investigações para tentar livrar seu cliente da condenação.

A situação do réu se complicou depois que o ex-goleiro Bruno Fernandes de Souza admitiu ao júri que o condenou, em março passado, que Luiz Henrique Romão, o Macarrão, levou a amante de Bruno para ser morta por Bola. O ex-jogador foi condenado a 22,3 anos de prisão por ter encomendado o crime. Macarrão pegou 15 anos por ter confessado parcialmente seu envolvimento na trama.

Bola está sendo julgado no Fórum de Contagem (MG) desde a manhã de ontem. Logo no início dos trabalhos, o advogado dele, Ércio Quaresma, pediu o adiamento do júri, alegando cerceamento de defesa pela ausência de testemunhas e que seu cliente deveria ser julgado na comarca de Vespasiano, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde Eliza teria sido morta. A juíza Marixa Rodrigues indeferiu o pedido.

Posteriormente, no único interrogatório do dia, Quaresma questionou a delegada Ana Maria Santos, que conduziu o

caso na fase policial, por não indiciar outros nomes mostrados pela quebra do sigilo telefônico dos envolvidos. Ele se referia especialmente ao policial José Lauriano, o Zezé, cujo número teria aparecido diversas vezes nas 50 ligações recebidas por Macarrão nos dias que antecederam o crime, assim como o de Bola. Ana Maria respondeu que Zezé não foi indiciado porque, na época, não havia elementos suficientes, embora ele tenha sido interrogado.

Acusação

O promotor Henry Vasconcellos focou seu interrogatório à delegada em detalhes do depoimento de Jorge Luiz, o primo de Bruno que revelou como Eliza teria sido sequestrada e morta, no início de junho de 2010. Durante os questionamentos, Ércio Quaresma pediu para deixar o Fórum. Segundo ele, sua mulher havia sido assaltada. O promotor ironizou, dizendo que a esposa de Quaresma também havia sido assaltada no julgamento ocorrido em novembro, no qual Macarrão foi condenado.

23 ABR 2013

JORNAL DO ESTADO

Alep quer discutir mudanças NO ORÇAMENTO

Ivan Santos

DE 2014

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), afirmou ontem que a Casa pretende discutir a proposta do governo do Estado, para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2014, que retira as verbas do Fundo de Participação dos Estados (FPE) da base de cálculo dos repasses para os demais poderes: Judiciário, Legislativo, além do Tribunal de Contas e do Ministério Público. A LDO, que serve de base para a elaboração do Orçamento, terá que ser votada até julho pelos deputados, e estimativas apontam que a mudança proposta pelo Executivo pode provocar uma perda de mais de R\$ 400 milhões para os outros poderes.

O projeto prevê um orçamento total de R\$ 35,5 bilhões para o ano que vem, e uma receita tributária de R\$ 22,8 bilhões. Ela mantém ainda os mesmos percentuais de receitas correntes líquidas do Estado já previstos em anos anteriores: 5% para o Legislativo (sendo 3,1% para a Assembleia e 1,9% para o Tribunal de Contas); 9,5% ao Poder Judiciário; e 4% ao Ministério Público Estadual. A diferença está na base de cálculo desses percentuais.

Em 2010, ainda no governo Orlando Pessuti, a Assembleia aprovou – a pedido do

Proposta do governo que retira FPE da base de cálculo do repasse para outros poderes terá que ser votada até julho

Tribunal de Justiça – a inclusão das verbas do FPE na base de cálculo desses repasses na LDO de 2011. Além disso, na época, o percentual de receita para o TJ foi aumentado de 9% para 9,5%. O FPE é formado por parte da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) recolhida pelo governo federal e repassado aos estados. Na época, a alegação foi de que o FPE já era computado na base de cálculo das verbas dos demais poderes em outros estados.

A proposta da LDO para o ano que vem reverte essa mudança. A alegação do governo é de que o Executivo passa por dificuldades financeiras diante da crise econômica e da perda de verbas federais. E de que a inclusão do FPE na base de cálculo das verbas dos demais poderes não tem base legal.

Ontem, Rossoni afirmou que a Assembleia ainda está analisando a questão. “A Assembleia tem uma situação con-

fortável, pois possui uma margem de manobra (orçamentária). Mas teremos que discutir isso, pois é algo que precisa ser fruto de um debate (com os outros poderes)”, alegou o presidente do Legislativo.

Reforma — A proposta do governo acabou provocando outra discussão dentro do próprio Legislativo. O líder da oposição, deputado Tadeu Veneri (PT), afirmou que pretende propor a redução de 3,1% para 2,6% no percentual da receita do Estado para a Assembleia. O argumento de Veneri é que em 2011 o Legislativo devolveu R\$ 90 milhões para o Executivo, em 2012, outros R\$ 110 milhões. Para este ano, a devolução prevista é de R\$ 200 milhões, quando o Orçamento da Casa é de R\$ 494 milhões. Na avaliação do petista, isso indica que o percentual da receita destinada para o Legislativo está acima das necessidades do Poder. “Entendemos que o Legislativo deve receber o que necessita. Se sobra, é porque está faltando em outras áreas como educação e saúde”, afirmou Veneri.

Rossoni contesta, afirmando que a Casa ainda está em processo de modernização de sua estrutura física e administrativa. “Ainda não consolidamos as reformas na Casa. Temos mais um ano para saber o que precisa ser feito. Não é momento de abrir mão de receita”, alega o tucano.

CONTINUA

23 ABR 2013

JORNAL DO ESTADO

CONTINUAÇÃO

Coincidentemente, ontem a direção da Assembleia divulgou a abertura de licitação para obras de manutenção e reforma dos seus prédios em valor máximo de R\$ 6,5 milhões. O edital prevê a abertura das propostas no próximo dia 7. Será considerado como critério de escolha o maior desconto sobre os três lotes que constituem o objeto da contratação, conforme itens da tabela de referência utilizada pelo Poder Executivo para obras no Estado.

A modalidade licitatória será de registro de preços. Segundo a Casa, o valor licitado é apenas para margem de utilização, não sendo prevista sua execução integral, mas de acordo com as necessidades e demandas do Legislativo. O lote um é de R\$ 2,9 milhões, o lote dois de R\$ 1,7 milhão; e o lote três de R\$ 1,9 milhão, totalizando R\$ 6,5 milhões, em investimentos internos.

23 ABR 2013

JORNAL DO ESTADO

TRIBUNA DO PARANÁ

Tribunais

Com a decisão tomada de não promulgar a emenda constitucional que cria mais quatro tribunais, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), vai afirmar aos presidentes das entidades de juízes que suposta divergência na proposta aprovada pelo Congresso impede sua entrada em vigor de imediato.

Portas abertas

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), confirmou ontem que as sabatinas dos candidatos a conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), na vaga a ser aberta com a aposentadoria de Hermas Brandão, serão feitas em sessão aberta. Ele alega que, embora o regimento interno da Casa permita a reunião a portas fechadas, a Constituição Estadual, no seu artigo 54, inciso XIX, garante que compete à Assembleia “aprovar, previamente, por voto secreto, após arguição pública”, a escolha de conselheiros. “O voto é secreto, mas a sabatina será aberta, até porque a Constituição está acima do Regimento Interno”, disse Rossoni.

Cotação

Sobre a disputa entre os deputados Plauto Miró Guimarães (DEM) e Fábio Camargo (PTB), o tucano disse que mantém seu apoio no parlamentar do DEM, que é primeiro-secretário da Assembleia. Mas admite que o processo ainda vai demorar pelo menos 45 dias para começar, já que Brandão sequer oficializou seu pedido de aposentadoria do cargo. Nas últimas semanas, a candidatura de Camargo ganhou força nos bastidores do Legislativo. Fontes da Casa chegaram a prever a desistência de Plauto, o

Mensalão

A íntegra do acórdão que oficializa as decisões tomadas pelos ministros do Supremo Tribunal Federal no julgamento do processo do mensalão foi publicada ontem. O texto, de 8.405 páginas, inclui o resumo do que foi decidido e os votos dos 11 ministros que participaram do julgamento, que condenou 25 e absolveu 12 pessoas. Começa a contar hoje o prazo para que os réus apresentem recursos. Esse prazo terminará no próximo dia 2.

Caso Eliza

O julgamento do ex-policial Marcos Aparecido dos Santos, o Bola, acusado de assassinar Eliza Samudio e desaparecer com o corpo começou ontem, em Minas Gerais. O ex-goleiro Bruno Fernandes de Souza admitiu ao júri que o condenou, em março, que Luiz Henrique Romão, o Macarrão, levou a mulher para ser morta por Bola. O ex-jogador foi condenado a 22,3 anos de prisão e Macarrão, a 15 anos.

23 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

JUDICIÁRIO

Presidente do TJ-SP desaloja Procuradoria

O desembargador Ivan Sartori, presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, pediu à Procuradoria-Geral de Justiça que determine a “desocupação de salas” atualmente utilizadas pelo Ministério Público em 38 edifícios do Poder Judiciário, no prazo entre 40 e 90 dias.

Um dos argumentos de Sartori é a “necessidade da obtenção de salas para juízes que não as têm”. Segundo Sartori, as salas de apoio “estarão preservadas” em poder do MP.

23 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Mais um round. Ministros da Corte ouvidos pelo 'Estado' admitem que há maioria para analisar os embargos infringentes, nos quais culpados pelo esquema de corrupção no governo Lula pedem revisão de penas quando placar lhes deu pelo menos 4 votos favoráveis

Recursos podem dar a 12 condenados do mensalão novo julgamento no STF

O ex-ministro José Dirceu e outros 11 condenados do mensalão terão uma espécie de "novo julgamento" no Supremo Tribunal Federal. Com isso, Dirceu, o ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha (PT-SP) e outros petistas do chamado "núcleo político" do mensalão poderão se livrar de cumprir pena em regime fechado. Cinco ministros do Supremo ouvidos pelo Estado confirmaram a tese de novo julgamento por conta de recursos dos condenados.

Esses ministros adiantam que há maioria na Corte para que sejam admitidos os chamados embargos infringentes – recurso previsto quando há pelo menos quatro votos contra a condenação do réu (*veja ao lado quadro com os placares do julgamento e pedidos de recurso*). No caso de Dirceu isso ocorreu na acusação de formação de quadrilha, enquanto com Cunha o placar que permite a revisão da pena foi registrado no crime de lavagem de dinheiro.

O prazo para os advogados entrarem no STF com os embargos infringentes é de 15 dias e começa a contar hoje, dia seguinte à publicação do acórdão. O acórdão – a íntegra do julgamento, com os votos dos ministros – foi publicado ontem, com 8.405 páginas.

Sendo admitidos os recursos – o que é a tendência, segundo apurou o Estado –, os ministros terão de julgar novamente os casos em que houve quatro votos pela absolvição. Com um novo julgamento, seriam abertos novos prazos. A composição do plenário do STF será diferente, já que os ministros Ayres Britto e Cezar Peluso – ambos votaram pela condenação dos réus – se aposentaram. No lugar de Peluso foi nomeado Teori Zavaski. E um novo ministro será indicado para a vaga aberta com a aposentadoria de Ayres Britto.

Valério & Cia. No novo julgamento podem também ser revistas as penas do empresário Marcos Valério – o operador do mensalão –, seus ex-sócios Ramon Hollerbach e Cristiano Paz, a ex-diretora financeira da SMP&B Simone Vasconcellos, a ex-presidente do Banco Rural, Kátia Rabello, o ex-vice-presidente da instituição, José Roberto Salgado, o ex-assessor do PP João Cláudio Genu e o ex-sócio da corretora Bônus Banval, Breno Fischberg.

No acórdão publicado ontem, alguns ministros enfatizam, nos respectivos votos, que o Supremo é obrigado a analisar os embargos infringentes. É o que ocorre, por exemplo, no voto do ministro Celso de Mello. Ele cita o artigo do regimento interno do Supremo que permite o recurso "sempre que o juízo

de condenação penal apresentar-se majoritário".

A ministra Cármen Lúcia já deu sua opinião em outro processo, em fevereiro de 2012, quando observou que o embargo infringente cabe para ações penais, caso do mensalão.

Outros ministros, que inicialmente se mostravam contrários aos embargos, agora adotam discurso distinto. Afirmam que mesmo tendo sido alterado o Código de Processo Civil, extinguindo a possibilidade de embargos infringentes, o Regimento Interno do STF mantém a possibilidade do recurso. Mudar agora o regimento, em meio ao julgamento do mensalão, poderia ser visto como casuísmo.

Contrários aos embargos infringentes, os ministros Joaquim Barbosa, Luiz Fux e Marco Aurélio Mello deverão ser votado vencido.

Presidente do STF e relator do mensalão, Barbosa resistia a levar os recursos dos condenados para análise do plenário. Foi aconselhado pelos colegas a rever a postura. Com isso, o STF deu um prazo maior para apresentação de recursos após a publicação do acórdão.

CONTINUA

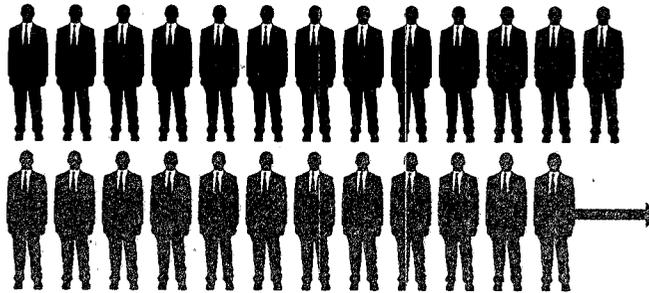
O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

23 ABR 2013

MENSALÃO, PARTE 2

• Dos 25 condenados, 12 podem entrar com o embargo infringente



OS RÉUS PODEM ENTRAR COM O **EMBARGO INFRINGENTE** E PEDIR A REAVALIAÇÃO DE SUA SENTENÇA SE OBTIVEREM, NO JULGAMENTO, PELO MENOS QUATRO VOTOS PELA ABSOLVIÇÃO PARA UM DETERMINADO CRIME

Quem pode entrar com o pedido

	CRIME							PLACAR	
	CORRUPÇÃO ATIVA	CORRUPÇÃO PASSIVA	FORMAÇÃO DE QUADRILHA	LAVAGEM DE DINHEIRO	EVASÃO DE DÍVÍDAS	PECULATO	GESTÃO FRAUDULENTE	CONDENADO	ABSOLVIDO
 José Dirceu* EX-MINISTRO DA CASA CIVIL	■		■					6	x 4
Pena: 2 anos e 11 meses									
 José Genoíno EX-PRESIDENTE DO PT	■		■					6	x 4
Pena: 2 anos e 3 meses									
 Delúbio Soares* EX-TESOUREIRO DO PT	■		■					6	x 4
Pena: 2 anos e 3 meses									
 João Paulo Cunha* DEPUTADO FEDERAL DO PT E EX-PRESIDENTE DA CÂMARA		■		■			■	6	x 5
Pena: 3 anos									
 Marcos Valério EMPRESÁRIO E OPERADOR DO MENSALÃO	■		■	■	■	■	■	6	x 4
Pena: 2 anos e 11 meses									
 Ramon Hollerbach PUBLICITÁRIO, SÓCIO DE MARCOS VALÉRIO	■		■	■	■	■	■	6	x 4
Pena: 2 anos e 3 meses									
 Cristiano Paz SÓCIO DE MARCOS VALÉRIO NA SMPB	■		■	■	■	■	■	6	x 4
Pena: 2 anos e 3 meses									
 Simone Vasconcelos**** EX-DIRETORA DA SMPB	■		■	■	■			6	x 4
Pena: 1 ano e 8 meses									
 Kátia Rabello EX-PRESIDENTE DO BANCO RURAL	■		■	■	■		■	6	x 4
Pena: 2 anos e 3 meses									
 José Roberto Salgado EX-VICE-PRESIDENTE DO BANCO RURAL			■	■	■		■	6	x 4
Pena: 2 anos e 3 meses									
 Breno Fischberg*** EX-SÓCIO DA CORRETORA BÔNUS BANVAL			■	■				6	x 4
Pena: 5 anos e 10 meses									
 João Cláudio Genú** EX-ASSESSOR DO PP		■		■				6	x 4
Pena: 5 anos									

*Se a condenação por esse crime for retirada, o condenado iniciaria o cumprimento de pena no regime semiaberto

**Se a condenação por esse crime for retirada, o acusado pode ter a pena convertida em punições alternativas

***Se a pena por esse crime for retirada, o condenado estará absolvido

****A pena aplicada para o crime de formação de quadrilha já está prescrita

CONTINUA

23 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Toffoli enfatiza tese de inocência do ex-ministro

● Econômico em suas manifestações durante o julgamento, o ministro Dias Toffoli deixou registrada no acórdão sua convicção sobre a falta de provas para condenar o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu. Ele foi assessor de Dirceu quando este ocupou o cargo no governo Lula.

Toffoli entendeu que não ficou demonstrado que Dirceu praticou corrupção ativa com a compra de apoio de partidos no Congresso. Na visão dele, Dirceu só foi acusado pelo cargo que ocupava. "A simples condição de chefe da Casa Civil, sem a demonstração de que tenha o réu oferecido ou prometido qualquer vantagem (...) não conduz automaticamente à tipificação do ilícito", diz. E ressaltou que a acusação a Dirceu se baseia essencialmente no depoimento de Roberto Jefferson.

● Prisão

Para o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, o STF não deveria aceitar embargos infringentes. Ele disse acreditar na prisão dos condenados após o julgamento dos recursos.

ANÁLISE: *Luísa Ferreira e Marta Machado*

Uma nova rodada?



Com a publicação da decisão do STF na AP 470, inicia-se a fase de recursos: embargos de declaração e embargos infringentes, sendo os últimos os que têm maior potencial de

provocar mudanças substanciais na decisão. Este recurso pode ser apresentado pela defesa em decisões não unânimes. Podemos dizer que se trata de uma nova rodada, para a opinião da minoria ser novamente considerada, com chance de alteração do placar.

A existência de um voto mais favorável ao réu (pela absolvição ou por uma pena menor) seria um indício de possível injustiça da decisão que prevaleceu. Considerando o princípio da presunção de inocência, entende-se que a maior demora para uma decisão final é compensada pela diminuição dos riscos de erro na condenação.

O regimento do STF prevê embargos infringentes em julgamentos nos quais houve ao menos quatro votos divergentes na mesma direção e em oposição à conclusão da maioria. Para citar um exemplo, as defesas de José Dirceu, José Genoíno, Delúbio Soares e Marcos Valério poderão apresentar esse recurso para pedir que sejam absolvidos pelo crime de quadrilha.

Não podemos esquecer, contudo, que a garantia do duplo grau de jurisdição neste caso é quase uma quimera. A mudança de uma decisão por meio de embargos é mais comum quando há alteração na composição do grupo de juízes. Aqui, as alterações ocorridas foram a substituição de Cezar Peluso por Teori Zavascki e a aposentadoria de Ayres Britto, cuja vaga ainda não foi preenchida. Partindo da premissa de que há pequena chance de os ministros alterarem seus votos, especialmente em um caso tão longamente debatido, as reais possibilidades das defesas estão limitadas a eventual voto de Teori Zavascki acompanhando a minoria e alcançando um empate, o que favoreceria os réus.



PESQUISADORAS DO NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE O CRIME E A PENA DA DIREITO GV

23 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

O julgamento do Carandiru

O julgamento de 26 policiais militares (PMs) acusados da morte de 15 das 111 vítimas fatais, na invasão do Pavilhão 9 da Casa de Detenção, confirma o anacronismo da legislação processual penal e da Justiça criminal.

Entre a invasão do Pavilhão 9 e o veredicto do Tribunal do Júri, passaram-se 20 anos, 6 meses e 19 dias – o jurado mais novo, por exemplo, não havia nascido quando ocorreu a tragédia e o juiz responsável pelo caso estava na pré-adolescência. Dos 26 réus, 23 foram condenados a 156 anos de prisão, cada um. A pena é severa, mas sem eficácia – tanto que os condenados deixaram o Fórum pela porta da frente. A jurisprudência permite a quem foi condenado em primeira instância aguardar em liberdade o julgamento dos recursos impetrados no Tribunal de Justiça, no Superior Tribunal de Justiça e no STF. Em cada um desses tribunais, o tempo médio de tramitação dos processos é de três anos.

A estimativa dos promotores que atuaram no julgamento é de que a sentença definitiva não sairá antes de dez anos. Já os advogados dos réus estimam que a sentença definitiva poderá sair em quatro ou cinco anos, por causa das implicações políticas do caso. Alegando que a decisão dos jurados contraria provas documentais constantes dos autos, eles vão

pedir a anulação do júri.

Além disso, mesmo que os tribunais superiores venham a confirmar a pena de 156 anos de prisão aplicada pelo Tribunal do Júri, os condenados não a cumprirão. A legislação penal em vigor determina que as penas privativas de liberdade não podem passar de 30 anos. E a Lei de Execução Penal concede aos condenados com bom comportamento o benefício da passagem do regime fechado para o semiaberto após o cumprimento de um sexto da pena, permitindo-lhes trabalhar ou estudar fora do presídio durante o dia.

O julgamento dos 26 PMs acusados da morte de 73 presos na invasão do Pavilhão 9 da Casa de Detenção teve as repercussões esperadas. Os movimentos sociais aplaudiram a decisão do júri. “Foi uma decisão simbólica”, afirmou o padre Júlio Lancellotti. “Foi um passo importante na garantia de justiça para as vítimas, seus familiares e sobreviventes”, disseram os diretores da Anistia Internacional. Já os advogados de defesa afirmaram que os réus agiram de “forma legítima”. Segundo eles, o rigor da pena “prejudicará o trabalho da Polícia Militar nas ruas”, pois seus soldados tenderão a “pensar um pouco mais antes de agir”, o que acarreta “risco para a população. E alegaram que o veredicto não é a “vontade” da sociedade. “Não esperava nenhuma condenação. Esperava o reconhecimento da ação legítima dos policiais milita-

res. Eles não têm do que se arrepender”, afirmou a advogada Ieda Ribeiro de Souza.

Uma das questões mais discutidas no julgamento foi de natureza processual. Elaborada no tempo em que a maioria das ações criminais envolvia um delito praticado por um assaltante a mão armada, a legislação penal e processual em vigor privilegia a individualização da conduta dos réus. Ou seja, ela encara o delito como um litígio interindividual, e não como um conflito coletivo, envolvendo dezenas de pessoas que atuaram em conjunto – a exemplo do que ocorre num arrastão, numa invasão de propriedade privada ou em atos de repressão policial, como uma execução de reintegração de posse.

Por isso, para que os réus envolvidos em conflitos coletivos fossem condenados, os promotores precisavam provar o que cada um deles fez de ilegal. Como não conseguiram individualizar as acusações contra cada um dos 23 PMs, com base em perícias nas armas e em exame balístico, os promotores defenderam a tese de que, quando os coautores combinam um crime, os que dele participam respondem pelos resultados, independentemente do que cada um fez. Os advogados de defesa pretendem questionar esse argumento – o que dará ensejo a grandes debates teóricos nos tribunais superiores. Isso vai retardar ainda mais o julgamento, o que pode levar à prescrição dos crimes.

SÔNIA RACY

Sem folga

Enquanto trabalha para evitar uma “CPI da CBF”, **Marin** está às voltas com a CPI do Tráfico de Pessoas.

O presidente da entidade depõe hoje, em Brasília, sobre alienamento de crianças e adolescentes para participar de escolinhas e clubes de futebol.

23 ABR 2013

METRO

TCE-PR. Rossoni diz que sabatinas serão abertas

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), anunciou ontem que as sabatinas para a escolha de um novo conselheiro para o TCE-PR serão abertas. “Vamos conduzir de forma transparente a escolha. O voto é secreto, mas a sabatina será aberta, porque a Constituição está acima do nosso regimento interno”, disse.

O conselheiro Hermas Brandão se aposenta em maio, ao fazer 70 anos. Por enquanto, dois deputados estaduais estão disputando a vaga: Fábio Camargo (PTB) e Plauto Miró (DEM).

7

conselheiros tem o Tribunal de Contas. Quatro são escolhidos pela Assembleia e três pelo governador.

23 ABR 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Casais podem se inscrever para Casamento Comunitário

Já estão abertas as inscrições para o Casamento Comunitário que será realizado pela Prefeitura de Araucária no dia 18 de maio, durante a programação do Ação Global. As inscrições podem ser feitas até a próxima sexta-feira (26) e as

vagas são limitadas. Os casais interessados precisam procurar a assistente social do seu bairro para receber orientações e pegar as guias de isenção que deverão ser apresentadas no Cartório de Registro Civil. Depois, o casal deve se dirigir ao

Cartório. Lá, será necessário informar a data de nascimento dos pais e apresentar duas testemunhas maiores de 18 anos, com exceção dos pais dos noivos. O casal e as testemunhas devem portar carteira de identidade e CPF originais. O casal

precisa ainda apresentar cópia de comprovante de endereço e certidão de nascimento atualizada (se forem solteiros), certidão de casamento com averbação do divórcio (se forem divorciados) e certidão de óbito (se forem viúvos).

Divulgação



União coletiva será realizada no dia 18 de maio, em Araucária

23 ABR 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Candidatos a conselheiro falarão para o público

O presidente da Assembleia, deputado Valdir Rossi (PSDB), falou ontem sobre o processo de eleição para o próximo conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Segundo ele, as sabinas serão públicas e a votação será secreta, assim como ocorreu na eleição do conselheiro Ivan Bonilha, em julho de 2011.

O presidente disse que irá se basear na Constituição Federal e também na resolução do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou a eleição secreta, pois os deputados estão na condição de eleitor e não de legislador. “Vamos conduzir da maneira mais transparente possível, dentro do que determina o Regimento Interno da Assembleia e a Constituição”, relatou.

No dia da eleição, os candidatos terão uma nova oportunidade para defender a candidatura, quando serão ouvidos pelos deputados, um pouco antes da votação.

23 ABR 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Renan tenta justificar suspensão de novos TRFs

Presidente do Senado alega problemas técnicos para implantação

Com a decisão tomada de não promulgar a emenda constitucional que cria mais quatro tribunais no país, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), vai afirmar aos presidentes das principais entidades de juízes do país que uma suposta divergência na proposta aprovada pelo Congresso impede sua entrada em vigor de imediato.



Renan atendeu ao apelo de Joaquim Barbosa para barrar a proposta

Renan vai se encontrar hoje com os presidentes da Ajufe (Associação dos Juízes Federais do Brasil), AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) e da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho).

As três entidades vão ao Senado defender a criação dos tribunais com o argumento de que há acúmulo de processos e da atual estrutura dos TRFs.

Juíza mantém certidão de óbito de Eliza em processo

O ex-policial Marcos Aparecido dos Santos, o Bola, acusado de matar, esquartejar e ocultar o corpo da modelo Eliza Samudio, participa de seu julgamento no Fórum de Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte (MG). A principal expectativa do júri, que deve durar pelo menos três dias, está no depoimento de Bola, já que ele pode ou não entregar o local onde estão os restos mortais da vítima, ex-amante do goleiro Bruno Renata Caldeira/TJMG

A juíza Marixa Rodrigues negou pedido da defesa do ex-policial Marcos Aparecido dos Santos, o



Bola teria sido o executor da morte e escondido o corpo dela, para a retirada da certidão de óbito da ex-modelo Eliza Samudio do processo que julga o sequestro e morte dela. O pedido havia sido feito pelo advogado Ércio Quaresma nesta segunda-feira (22), no começo do julgamento de Bola, no Fórum Doutor Pedro Aleixo, em Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte.

TJPR terá de refazer lista de precatórios com respeito à ordem cronológica

Por unanimidade, o plenário do Conselho Nacional de Justiça determinou, nesta terça-feira (23/4), durante a 20ª Sessão Extraordinária, que o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) refaça a lista dos precatórios judiciais – dívidas do setor público reconhecidas pela Justiça – respeitando a ordem cronológica para pagamento, como prevê a Resolução CNJ nº 115. O colegiado também deu prazo de 60 dias para que o tribunal publique a lista com as devidas correções, incluindo a atualização dos débitos. A decisão foi tomada na análise do Pedido de Providências nº 0005765-93.2011.2.00.0000, protocolado pela CR Almeida S/A Engenharia e Construções.

O plenário seguiu o voto do conselheiro Bruno Dantas, relator da matéria, que julgou procedente o pedido da parte requerente, por considerar que o TJPR desrespeitou a ordem cronológica dos precatórios. O conselheiro, ao determinar a elaboração de uma nova lista, exigiu também que o tribunal inclua na relação todas as informações previstas no Artigo 1º da Resolução CNJ nº 115, como, por exemplo, as datas do trânsito em julgado da decisão que condenou a corte paraense ao pagamento e da expedição do precatório.

Correição - A decisão do plenário do CNJ acontece no mesmo dia em que a Corregedoria Nacional de Justiça inicia uma correição no TJPR. O corregedor nacional, Francisco Falcão, ordenou a fiscalização em razão de indícios de descumprimento, pelo TJPR, de determinações feitas pela Corregedoria Nacional de Justiça após inspeções realizadas em 2009 e 2011. A correição terá como alvos as unidades administrativas e judiciais da Justiça comum estadual de primeiro e segundo grau, além de cartórios de notas e registros. Na sexta-feira (26/4), último dia da fiscalização, o ministro Falcão estará em Curitiba, quando coordenará pessoalmente os trabalhos.

Jorge Vasconcellos
Agência CNJ de Notícias

Tribunal realiza 1º casamento civil em aldeia no Paraná

Com a celebração de três casamentos civis indígenas, a desembargadora Joeci Machado Camargo, coordenadora do Programa Justiça nos Bairros, do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), deu início aos trabalhos na região. O objetivo é oferecer aos índios, a partir dos próximos dias, condições para efetuarem registros civis, regularização das famílias, carteiras de trabalho, inclusive com transporte cedido pelo prefeito de Nova Laranjeiras, Lineu Gomes.

Segundo a juíza diretora do Fórum de Laranjeiras do Sul, Luciana Luchtenberg Torres Dagostim, a comarca vai trabalhar com afinco para regularizar a situação dos cidadãos da aldeia. O início da cerimônia se deu com o canto do Hino Nacional em Kaingang, seguindo as tradições preservadas pela comunidade indígena.

A solenidade foi prestigiada por juizes da comarca, membros do Ministério Público e representantes dos poderes Executivo e Legislativo da região. "Saio muito satisfeita ao ver a movimentação e a união de forças em prol da regularização dos direitos dos índios", comentou a desembargadora Joeci Camargo.

Fonte: TJPR